



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

### ESCOLA “SEM” PARTIDO E O SERVIÇO SOCIAL: ENSAIOS ACERCA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E DOS PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA

Natasha Christine dos Santos Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende fazer análises consideráveis acerca do projeto educacional Escola sem Partido, compreendendo seu caráter significativamente ponderoso e que está diretamente imbricado a um projeto político e societário, articulado ao debate da profissão direcionada por um projeto ético político na contracorrente deste movimento.

**Palavras-chave:** Escola sem Partido; política educacional; projeto societário; Serviço Social

**Abstract:** This paper presents considerable analysis towards the educational project "Escola Sem Partido", understanding its ponderous role, which is directly related to a political and corporate project, in order to structure a debate with education professionals, who political and ethical projects go against the tide of this movement

**Keywords:** Escola sem Partido\*; unpolitical schools; education policy; corporate projects; social work.

#### Introdução

Não é possível pensar o contexto atual sem fazer ponderações do pós-modernismo que se refere à forma de cultura contemporânea repercutida pelas modificações históricas que acontecem no capitalismo e dão rumo ao mundo efêmero. A pós-modernidade se estabelece como uma tendência desse tempo histórico específico que questiona as noções clássicas da razão e da verdade, que ao fragmentar a realidade se faz uma leitura superficial desta, apartada das suas categorias totalizantes e do pensamento crítico. Esse esvaziamento do conhecimento, que questiona e por vezes nega a própria ciência e sua ratificação gera uma onda de irracionalismo que vivemos nos dias atuais. Repercuta ainda nas formas de lutas isoladas, pluralidade dos sujeitos sociais que oculta uma raiz única e o seu combate.

Ainda, se faz necessário para fazer um balanço do contexto político atual apontar o pensamento conservador<sup>2</sup> como expressão cultural particular do tempo e espaço da sociedade burguesa, indispensável para pensar o neoconservadorismo. A autora Leila Netto (2011), nos aponta os elementos característicos do conservadorismo clássico e faz a

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: ncsantosa@gmail.com.

<sup>2</sup> Análise mais aprofundada do conservadorismo clássico na obra da autora Leila Scorsim, O conservadorismo clássico (2011).

distinção deste em dois períodos, antes e depois da Revolução Francesa na qual essa expressão antes defensora do antigo regime e avessa à revolução burguesa adota novas características pós-1848, contrarrevolucionário e não mais anticapitalista, mantendo a defesa da conservação do modo atual, naturalização da segregação de uma classe sobre a outra.

Se baseando na leitura de Marx sobre a sociabilidade burguesa, em que o capitalismo é fundado sobre a exploração do trabalho assalariado e tem na produção da mercadoria a essência do seu funcionamento, o pensamento conservador apropriado pelo capitalismo expressa o domínio do pensamento burguês na conservação da ordem, na manutenção da exploração e assim acumulação do capital. Marx contribui para compreensão das instituições burguesas no papel da disseminação do pensamento burguês e da sociedade de classes.

Na sociedade capitalista, a divisão internacional do trabalho retira os meios de produção dos trabalhadores. Estes, para sobreviver são separados dos meios de produção e passam a vender a sua força de trabalho à burguesia. O capital vai envolver todas as esferas da vida social para se reproduzir, em sua lógica mercantil em tudo vira mercadoria, pautada na exploração do trabalho e na propriedade privada, todas as forças produtivas e as relações sociais são regidas por essa lógica. Surgem tensões, contradições e conflitos de interesse das classes, que vão ser interesses opostos e antagônicos.

Para que o projeto societário sobreviva, mesmo produzindo toda essa desigualdade, é necessário que seja disseminado ideologicamente, é preciso que o trabalhador incorpore a lógica de divisão de classes, que ele acredite na essência dessa divisão e naturalize a existência de pessoas distintas para o trabalho manual (classe trabalhadora) e de pessoas para o trabalho intelectual (classe burguesa), gerando trabalhadores alienados ao processo de trabalho, trabalhadores com o pensamento burguês.

É necessário entender o sistema global capitalista pela sua própria essência contraditória e que com suas crises vai querer se manter e reproduzir em terreno plano, ou seja, o capital para se expandir vai necessariamente disseminar ideologicamente seu projeto e precisa ocupar todos os espaços de sociabilidade, todas as esferas da vida social, principalmente a de educação formal, institucionalizada, poderoso aparelho ideológico do Estado para manutenção e reprodução da sociabilidade burguesa a favor da acumulação do Capital pela massa explorada.

A burguesia, assim, controla os meios de produção e determina as próprias relações sociais na sociedade, logo domina também os aparelhos públicos e privados de hegemonia, onde é disseminada a hegemonia burguesa. Assim a educação vai incorporar os interesses dessa

classe, sendo incompatível com os interesses da classe dominada insuficiente para a construção do humano genérico.

Por isso, no modo de produção capitalista, os espaços de educação formal são os espaços de luta e contradição, pois a sociedade é marcada pelas contradições da relação capital-trabalho. A escola vai ser um espaço das relações produtivas e sociais, com o papel fundamental de instituir esse pensamento à classe trabalhadora; na maioria das vezes é o primeiro, e no espaço de formação intelectual institucionalizada, influenciando diretamente na formação ética, moral, intelectual e política

A educação não pode ser explicada por si só, se explica a partir das relações em conjunto com a estrutura, a superestrutura e a sociedade civil. A educação não se compreende como um fato isolado, ou seja, a-histórico. Deve ser compreendida amplamente em sua categoria de totalidade, dentro do contexto histórico em que está inserida, sobretudo verificando a organização do trabalho e as relações sociais hegemônicas. Ressalvando que a educação (seja formal ou informal) é a forma como a sociedade educa os indivíduos para nela viverem e não ao contrário, e é constituída pelo próprio homem, com o próprio movimento da sociedade, a finalidade da educação vai se modificar concomitantemente com esta. Por isso, a educação está intimamente ligada ao trabalho.

A escola vai instituir essa divisão, ainda que em um novo modelo, as organizações de trabalho no capitalismo ainda que se modifiquem terão como sempre como essência dividir o trabalho intelectual e instrumental. A escola pública, sendo a escola das massas e da classe trabalhadora, vai ser alvo das limitações do saber, tanto de conteúdo pedagógico, curricular, quanto de investimentos, profissionais e espaços físicos. A escola, assim como a divisão social e técnica do trabalho no capitalismo, transcreve o quão é fragmentada essa organização de trabalho, é o espaço de reafirmar e aprofundar essa desigualdade.

O processo pedagógico no capitalismo vai sempre acompanhar as mudanças do mundo do trabalho, atendendo as suas necessidades e demandas, tanto para a formação profissional, quanto para disciplinar a vida social do trabalhador. É necessário que seja hegemônico o pensamento burguês e o projeto de sociedade vigente, com a nova organização do mundo do trabalho uma nova pedagogia é implementada, não só reformas curriculares mas de formação social também, o esvaziamento intelectual da técnica gera a formação puramente técnica e a qualidade desse aprendizado diminui.

Gramsci, em um de seus artigos sobre “Socialismo e Cultura” esboça o saber, a inteligência e a cultura como algo desarticulado do quem vem sendo posto de maneira “enciclopédica”, abstrata e distante para a classe trabalhadora, e explicita que diferente do saber difundido a cultura é permeada pela compreensão dos homens do próprio valor histórico, sua função na

vida, seus interesses, deveres e direitos, é o entendimento do movimento da realidade já que a história é feita pelos próprios homens e não é imutável, nós a produzimos e a modificamos. Mas a relação com o saber é distanciada, mascarada de cultura inalcançável porque a tomada de consciência indicaria o próprio fim da sociedade de classes.

A relação com o saber deve ser modificada e Gramsci tem um forte comprometimento teórico e prático para que essa modificação ocorra, de acordo com ele essa tomada de consciência de uns para a classe inteira: “toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de difusão de ideais”. (NOSELLA, 2010, p. 50)

O entrelace entre a educação e a luta de classe corresponde a própria realidade, sendo esta o espelho da sociedade.

E, quando falamos de lutas sociais, queremos dizer que a sociedade não é uma confraria, harmônica e pacífica, muito ao contrário, é um espaço de lutas, de conflitos e disputas. Dito de outro modo, significa afirmar que a educação não é algo neutro, ela reflete e é marcada pelas lutas travadas nas disputas pela sobrevivência da sociedade. (ORSO et al., 2008, p. 8)

Reconhecendo os espaços de educação formal e informal na sociedade capitalista, subserviente à lógica e domínio burguês, nada se pode esperar de um projeto-pedagógico estatal que contribua para a subversão dessa lógica e a superação da condição da classe trabalhadora, por isso é necessário apontar os limites e as possibilidades dos profissionais de educação e principalmente os que estão comprometidos com a transformação societária. É “atribuída” uma possibilidade maior de intervenção aos educadores e profissionais da educação por serem estes imersos na educação formal, principalmente as escolas públicas por serem as escolas das massas. E essa ação pode contribuir para o processo de conhecimento científico da realidade, passando a escola a ser um espaço de desvelar as ideologias e subverter a ordem vigente. É claro que não podemos atribuir à educação por si só como uma falsa expectativa de transformação, mas também devemos compreender que os profissionais da educação estão incluídos no processo de alienação da classe trabalhadora, são trabalhadores vendendo sua força de trabalho à mercê de um Estado Burguês e submetidos à mesma formação de hegemonia da cultura burguesa.

É necessário, em primeiro, que esses profissionais se enxerguem como classe trabalhadora para ajudar na organização da mesma na superação da sua condição, transitando do estado alienado para essa superação, por conta do seu papel social de suma importância, ele vai “servir de ponte entre a realidade atual e a que se quer construir” (ORSO, 2008, p. 62). Segundo Gramsci, enquanto a escola for administrada por esse Estado, a tomada de consciência começa de uns para o resto da classe, não há outra alternativa sem ser pela contraposição do professor em nível do seu “trabalho vivente”.

Os profissionais da educação, além do domínio dos conteúdos das suas áreas específicas, devem ser formados para a capacidade política de estarem abertos ao confronto, de promoverem o interesse coletivo pelas questões pedagógicas, sem no entanto perderem a legitimidade do exercício de uma função que exige destes conhecimentos que respalde suas ações. (FREITAS, 2008 p.136.)

A contribuição dos educadores e profissionais da educação comprometidos com a construção de uma sociedade socialista no universo da escola pública é o princípio da luta de classe neste espaço, ainda que dirigida pelo Estado Burguês.

Ou nos organizamos e lutamos pela transformação da sociedade ou então não teremos uma educação de nova modalidade nem construiremos um homem novo. (ORSO,2008, p.62)

Assim, percebemos que não é possível atribuir à educação uma dimensão transformadora por si só, a luta deve ser pela educação, mas também pela superação da sociedade capitalista, já que a educação formal e informal se dá em um Estado burguês. As possibilidades de um projeto educacional voltado para a real emancipação humana, livre, voltado à coletividade, a cooperação e a unidade de classe, inviabilizaria a manutenção do capitalismo e da acumulação. Não podemos atribuir toda dimensão educativa ao professor. Este, assim como os outros da classe, é um trabalhador com os mesmos limites e condições de alienação, submetidos a mesma lógica do modo de produção. Entretanto, é precioso para o educador, que por ter o trabalho privilegiado de transmitir ao educando o “acesso ao saber científico socialmente e historicamente acumulado, e fazer a crítica radical do conhecimento e da própria sociedade que o produz” (ORSO,2008, p. 61.).

É sobre esse potencial do educador e do processo educativo em sua ampla dimensão crítica que uma fração conservadora, em escala mundial, teme e atua com veemência para “frear” tais aspirações democráticas e progressistas no âmbito educacional. O projeto Escola sem Partido que é criado em 2004 e ganha maior proporção em 2015, tem inspiração na iniciativa norte-americanos *No Indoctrination*, uma iniciativa norte-americana que defende “suposto” apartidarismo por parte dos professores em sala de aula e tem poderosa relação com segmentos conservadores da sociedade civil, instâncias religiosas e partidos políticos, outras organizações<sup>3</sup> agem para criminalizar os professores com canais de denúncia aos pais e alunos, estão diretamente ligadas a punição de professores que tenham posições ideológicas anti-israelenses ou sejam ainda “simpáticos” a causa da palestina, além de ser contrários a quaisquer temas que fujam de uma normativa cristã de visão de mundo, questões de gênero e pluralismo cultural até mesmo a ciência, assim como ocorre no Brasil.

---

<sup>3</sup> Campus Watch tem o mesmo intuito combate à suposta doutrinação. Acessar em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campus\\_Watch](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campus_Watch)

No Brasil, o projeto Escola sem partido é a materialização desse movimento de avanço dos blocos conservadores, contam com setores políticos partidários evangélicos em sua maioria, e tem como pauta a família, pátria e os bons costumes para legitimar a intolerância com o que ameaça os seus privilégios e a ordem vigente. A partir do Escola sem Partido tem-se vários outros projetos nesse mesmo sentido apresentados em âmbito estadual e federal por deputados. Tramita de maneira incomum, conclusiva ou terminativa, que se aprovado não passa pela câmara, pois vai direto para o senado e direto para a sessão presidencial, designasse um projeto educacional, societário, de conservadores e ultrarreacionário com partido, religião e censura.

O contexto político atual representa um marco histórico de retrocesso para a sociedade brasileira, em uma trajetória de avanços do bloco conservador nos últimos tempos de constantes ameaças à liberdade e a diversidade, com a recente eleição do novo presidente da república Jair Bolsonaro (PSL) da extrema direita, a homofobia, o machismo, a misoginia, o racismo e suas diversas expressões de violência são legitimadas, visto as declarações de ódio às minorias do mesmo, caminhando lado a lado com o fascismo.

Ainda que o Escola sem Partido não seja um projeto do atual governo ele é uma das bandeiras do atual presidente e demarca ameaça aos direitos de liberdade de expressão, liberdade de ensinar e divulgar o pensamento e o pluralismo de concepções pedagógicas, um projeto que representa retrocesso na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Não devemos nem podemos deixar passar despercebido que ainda que com sua aparente inconstitucionalidade para entrar em vigor, o estrago não seja em larga escala. O Escola sem partido está intimamente ligado a um projeto político e societário, ele visa atacar diretamente aos educadores que fomentam esses espaços em espaços de pluralidade social e política, que promove o debate crítico às questões mais sensíveis da própria sociedade, das suas contradições expressas ali.

(...)ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de respeito à diversidade. (FRIGOTTO, 2016. P.17)

O ataque aos professores, ainda mais fazendo com que pais e alunos se voltem contra os mesmos é uma estratégia impressionante para “frear” um movimento de avanço nas organizações estudantis, tenta frear o aparecimento de fagulhas desses professores incendiando alunos para pensar fora do padrão de projeto pedagógico que o Estado Burguês determina. A criminalização dos professores diz respeito a não incitar o pensamento crítico à ordem vigente, fomentar o debate crítico, pluralismo de ideias e é altamente perigoso ao capital e a ordem vigente.

O governo do atual presidente Jair Bolsonaro, apresentar ameaça substancial ao âmbito da escola pública, assim como o irracional *Creation Studies Institute*<sup>4</sup>, organização cristã norte-americana que também prevê o combate a doutrinação dos professores e ainda fomenta ao ensino domiciliar, demarcam tempos de ataque direto ao espaço escolar como espaço de disputa e ideias de toda a sua sociabilidade envolta, nesta já deixou claro o seu interesse na regulamentação da educação domiciliar<sup>5</sup> assim como anseia por uma juventude que não se interesse por política.<sup>6</sup>

Pensar a escola pública e a educação organizada sob a forma de política pública, ao passo que se consolida como direito social na sociedade capitalista, é marcada pelas variadas expressões da desigualdade, assim como na sociedade possuem as mesmas fragilidades da contradição da relação capital-trabalho. É lócus das mais variadas expressões da questão social, objeto de trabalho dos assistentes sociais. Mais do que área de atuação do Serviço Social, o âmbito educacional, principalmente na educação básica pública (escolas e institutos) deve ter espaços de luta, ficando claro que a educação para a classe trabalhadora deve andar lado a lado com a militância na luta pelas transformações da realidade. Os assistentes sociais podem contribuir de forma significativa com a classe trabalhadora na construção de uma transformação social e emancipação humana.

Vale ressaltar que a escola pública destinada às classes subalternas como espaço de disputa ideológica por uma determinada hegemonia é marcada pelas lutas sociais permeadas na sociedade e expressam, em seu interior, as diversas expressões da questão social. Entendemos sua função social no capitalismo de aparelho ideológico para disseminação da hegemonia burguesa. Entretanto, por ser um espaço de concentração da classe trabalhadora, apresenta multiplicidades de demandas da vida social e é deve ser pensado como uma possibilidade de contra hegemonia através de metodologias e estratégias pedagógicas, impulsionando a conscientização e organização da classe para superação da atual estrutura social e construção de uma nova sociedade.

A escola pública, em especial a presente nos espaços populares, pode se colocar como espaço privilegiado de possibilidade de difusão de um campo contra-ideológico, através da construção de novos valores e novas práticas junto aos sujeitos (crianças, jovens e adultos), que dela participam. A conformação de novos sujeitos, ou no dizer de Gramsci, formação do novo homem e da nova mulher, que impulsiona uma nova ordem social, uma nova hegemonia, se coloca como desafio para todos os profissionais da educação. (FARAGE, 2005, p.41-42)

---

<sup>4</sup> Ver em: <http://www.creationstudies.org/>

<sup>5</sup> Ver notícia em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/11/bolsonaro-assina-projeto-de-lei-que-pretende-regulamentar-a-educacao-domiciliar-no-brasil.ghtml>

<sup>6</sup> Ver em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/04/10/queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica---diz-bolsonaro.html>

As bases para implementação do Serviço Social se dá na contradição da relação capital e trabalho, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais engendradas nesse processo e no movimento da Igreja Católica que tem o importante papel nesse processo histórico de intervenção face à estas expressões da questão social, logo, o surgimento do Serviço Social está diretamente imbricado com o pensamento conservador, constitutivo de sua matriz ideó-teórica, é responsável pelos anos iniciais da década de 1920 pelo ajustamento moralizante da classe operária. A sua institucionalização foi cooptada pelo Estado e burguesia num quadro de capitalismo monopolista, quando são exigidas novas respostas às necessidades sociais que já não conseguiam ser absorvidas pelo mercado e necessita de formação técnica para além da caridade.

O processo de renovação, semelhante ao processo erosivo do Serviço Social tradicional indica o rompimento com a origem católica, contribui para adoção de um referencial teórico próprio vinculado as ciências sociais, aproximação com inspirações marxistas e expansão do movimento estudantil. A ruptura do Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento com as amarras imperialistas ligado ao processo de reconceituação na América Latina e particularidades desta.

O autor Netto (1991), vai fazer esse resgate da profissão e dos projetos em disputa no cenário brasileiro e que a perspectiva de intenção de ruptura tem a partir dos anos 80 maiores aderências de setores do Serviço Social com intenção de construir em proposição global alternativas ao tradicionalismo. Apontando as conquistas e limites do movimento de reconceituação o autor faz uma relevante crítica à essa vertente sinalizando a dicotomia entre romper com o passado tradicional-conservadorismo da profissão e os indicativos práticos-profissionais

O projeto ético-político tem influências na perspectiva de intenção de ruptura e surge no processo de resistência à ditadura, de luta pela democracia quando os Assistentes Sociais se reconhecem pertencentes a classe trabalhadora, e é sob essa condição que o corpo profissional cria projeto distinto ao da classe dominante e também houveram componentes técnicos e metodológicos que contribuíram para o seu surgimento, como as primeiras pós graduações em 1970 e revisão do código de ética de 1986, o primeiro a romper com o conservadorismo e expressar comprometimento com a classe trabalhadora. Este tem como valor ético central a liberdade, tem compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais e propõe a construção de uma nova ordem societária, livre de exploração, justa e igualitária. Segundo Netto (2006), o projeto ético-político é hegemônico no interior da categoria profissional, porém sofre ameaças da ofensiva neoliberal e crises do capital por

dependem além do corpo profissional dos movimentos populares na luta pela transformação societária.

A concretização do projeto profissional do Serviço Social perpassa pela concretização do projeto ético-político, são traçadas estratégias para essa concretização a partir de uma visão histórica processual da realidade, reconhecendo as contradições entre Estado e sociedade, buscando uma postura profissional que articule as dimensões democráticas e fortaleça os movimentos sociais. O projeto profissional não se dissocia do projeto societário (projeto burguês) por que a ação do Assistente Social não se descola da “grande política” na qual Gramsci define como momento catártico, é o que permite aos homens ultrapassarem o determinismo econômico que os constitui, através da incorporação e da transformação desses determinismos em meio a sua liberdade e para criação de uma nova forma ético-política da vida em sociedade.

Compreender a função social da profissão tendo em vista que o duplo determinismo da profissão de controle social e difusão da ideologia dominante considerando os limites e possibilidades institucionais e a real ameaça ao projeto ético-político, é em contrapartida com apropriação teórica da realidade, aliada à luta da organização da classe, assim, uma das profissões que mais podem contribuir para o processo de desconstrução da ideologia dominante e dar subsídios à superação da condição de classe subalterna, assumindo um papel de formador junto à esta. Sendo essencial para, a partir da sua dimensão pedagógica e ações, formular uma nova forma de educar, associado à formação humana e emancipatória

Os novos tempos nos demandam novas formulações e estratégias para pensar os enfrentamentos do bloco conservador, é necessário concretizar formulações teóricas apropriadas do Serviço Social, principalmente com arcabouço teórico marxista e do “poder” revolucionário deste, sem cair no messianismo profissional, mas de certa forma, requerer de nós o entrelace da teoria de ruptura com uma prática de ruptura, assim como a autora Santos (2013) também nos atenta.

Num contexto como atual, de contaminação do Escola “sem” partido, apontamentos elaborados em articulação com o CFESS e CRESS em diálogo com os conselhos federal e regional da Psicologia, que dão direções para institucionalizar o Serviço Social nas escolas a partir do significado social da profissão apresentando ao Legislativo como conteúdo para o projeto de lei que institui os Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas públicas de educação básica, nunca se fez mais necessário como estratégia para o fortalecimento da classe trabalhadora como demonstra o documento realizado pelo CFESS/CRESS, *Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação*. Garantir Assistentes Sociais

nas instituições de Educação Básica corresponde a uma das estratégias em dar corpo ao processo de resistência e redemocratização dessas instituições como espaços de luta, de disputa ideológica e política, em defesa da educação emancipatória, plural, complementando o quadro de profissionais da educação.

Art. 1º O Poder Público Municipal deverá assegurar que os estabelecimentos de ensino público, de educação básica, tenham em seus quadros assistentes sociais e psicólogos, visando constituir de forma multidisciplinar as equipes dos trabalhadores da educação para melhoria do ensino no município.

§ 1º O município deverá assegurar que sejam criadas equipes de assistentes sociais e psicólogos, por área de abrangência territorial, em cada região e, gradativamente, que cada estabelecimento de ensino possua sua equipe própria. (...)

Art. 2º A inserção de assistentes sociais e psicólogos deverá contribuir, de acordo com a Lei 8662/93 e a Lei 4119/62, com o projeto político pedagógico de cada estabelecimento de ensino e com interesses da comunidade escolar, para as seguintes finalidades: (...)

III – o incentivo do reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino com as demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais, buscando consolidá-la como instrumento democrático de formação e de informação.

IV – a articulação da rede de serviços e de proteção à mulher, à criança, ao adolescente e ao idoso, vítimas de violência doméstica, do *bullying*, do uso, indevido e abusivo de drogas e de outras formas de violência, por meio das políticas públicas;

**V – a promoção de ações que impliquem o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à discriminação social, cultural, religiosa e a outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira; (...)** CFESS, 2011, p.61-62)

O colapso político, ideológico do capitalismo em tempos atuais deve ser enxergado também como momento propulsor e percussor de transformação societária, de consciência de classe em luta, de fomento a unidade e organização da classe trabalhadora. Em tempos tempestivos é preciso pensar em unidade com setores mais críticos da sociedade, profissionais e acadêmicos, em defesa dos direitos sociais e em luta por uma sociedade livre de exploração, preconceitos, justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

Eagleton, Terry, 1943-As ilusões do pós-modernismo/ Terry Eagleton; tradução Elisabeth Barbosa. – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MARX, Karl. O Capital. (Crítica da Economia Política). O Processo de Produção Capitalista.

Livro 1. Vol. I -2ª ed. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Educação e lutas de classes/ Paulino José Orso, Sebastião Rodrigues Gonçalves, Valci Maria Mattos(organizadores) –1.ed.—São Paulo : Expressão Popular ,2008.

Capitalismo, trabalho e educação / José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.). – 3. Ed. – Campinas , SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

Nosella, Paolo. A escola de Gramsci / Paolo Nosella. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

Seminário de Educação Popular/ Organizadores do evento: Maria Lídia Souza da Silveira e Eblin Farage. Rio de Janeiro – Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFRJ – 2005

Freire, Paulo, 1921 – Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido/ Paulo Freire – notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

Netto, Leila Scorsim. O Conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo; Cortez, 2011

SANTOS, Claudia Mônica. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro; Lumen Juris, 2013.

Netto, José Paulo. Ditadura e Serviços Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo; Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete *et alli* (org.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez editora, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

IAMAMOTO, M, V; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4ª ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982

Santos, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro/ Josiane Soares Santos . – São Paulo : Cortez,2007.

Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira/  
organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP,2017.

EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno/ João E.  
Evangelista – 3.ed. – São Paulo, Cortez ,2002.

Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do  
código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais/ Conselho  
Regional de Serviço Social(Org.). – Rio de Janeiro:CRESS,2013